

RESENHA

Garcia, Eugênio Vargas

O Sexto Membro Permanente: o Brasil e a criação da ONU. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011, 458 p.

Guilherme Mello Graça⁵⁰

O livro em epígrafe aborda uma temática desafiadora e árida nos estudos de História das Relações Internacionais acerca da pretensão do Brasil para se tornar membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Por vezes, a temática parece dar azo aquele desejo recôndito do corpo diplomático brasileiro, qual seja a vocação de potência do Brasil, que se mostrou mais contundente durante o período militar, e parece reverberar no século XXI, à medida que o Brasil alcança um protagonismo nos foros multilaterais. A pretensão brasileira a um assento permanente não é inédita, e alguns pesquisadores já se debruçaram sobre o tema, a exemplo dos trabalhos de Gelson Fonseca, Alexandra de Mello e Silva e mais recentemente de João Augusto Costa Vargas. Contudo, o tema ainda desperta o ímpeto acadêmico dos estudiosos e acende o debate sobre a naturalidade do país em assumir pleitos e responsabilidades no cenário internacional, ou ainda, se o assento permanente seria um “orgulho exagerado, excessivo”, caracterizado como hubris na moral grega.

Não obstante essas questões, Eugênio Vargas procura reconstruir como o esforço bélico despendido pelo Brasil na Segunda Guerra Mundial poderia lhe render a perspectiva de retornar em melhores condições às altas instâncias multilaterais que se consolidavam após 1945. A diplomacia brasileira acreditava que o retorno ao proscênio da política internacional perpassaria pela inclusão do pleito brasileiro como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), e como forma de corrigir uma impropriedade histórica na década de 1920. Na obra “O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)”, o autor já havia analisado os desdobramentos da política externa empreendida no governo Artur Bernardes, que desejava, ardentemente, incluir o Brasil no conselho permanente das potências na Liga das Nações. A máxima bradada pelo presidente brasileiro era “vencer ou não

perder”, o que gerou uma crise diplomática durante a celebração dos Acordos de Locarno (1926) diante da saída do Brasil, e prenunciava a baixa capacidade institucional e de concertação política da Liga das Nações.

Em sentido contrário, Eugênio Vargas esclarece que as conferências de estruturação do novo organismo multilateral de segurança – ONU – procuravam dotar o órgão com capacidade executiva de vincular suas resoluções, além da adoção do voto da maioria, critério suficiente para mitigar a paralisia decisória do órgão, no sentido de garantir a paz e a segurança coletiva internacional. As inconsistências e o idealismo excessivo da Liga das Nações foram colocados de lado na Carta de São Francisco, ao passo que era preciso implementar a frase de Woodrow Wilson, dita há 25 anos atrás: “Se não funcionar, teremos de fazê-lo funcionar”. Ao mesmo tempo, as conferências prenunciavam a disputa entre duas superpotências quanto à distribuição das capacidades de poder e a bipolaridade da Guerra Fria, a qual se estende pela segunda metade do século XX. Em termos metodológicos, o livro está dividido em cinco capítulos, os quais descrevem (I) as origens da ONU, (II) o Brasil entre a guerra e a diplomacia, (III) globalismo e regionalismo, (IV) a Conferência de São Francisco e (V) a ONU após a Carta.

Conforme preconiza o autor, não havia um estudo detalhado com vasta exposição documental e recorrência a fontes primárias que esmiuçavam o papel que a chancelaria brasileira desempenhou no processo político-diplomático, o qual culminou no estabelecimento da ONU, na fase final da Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, Eugênio Vargas ressalta que uma questão de princípio estava colocada de forma definitiva nas discussões da ONU: para dar expressão concreta aos anseios das potências vitoriosas na guerra, essas deveriam estar representadas de forma permanente no órgão máximo da organização e deter poderes compatíveis com sua posição singular no sistema internacional. Na Conferência de Dumbarton Oaks, as potências discutiam sobre a estrutura da organização e como se daria o poder de veto entre as nações, o que abriu uma clivagem entre URSS e EUA. Mesmo ausente

50. Mestre em Relações Internacionais (PPGRI/UERJ). Professor de Relações Internacionais da Universidade Cândido Mendes.



da conferência, o Brasil foi cogitado como possível detentor do assento permanente, como é possível inferir na narrativa de Eugênio Vargas.

De todo modo, o autor deixa bem claro que as grandes potências não queriam a ampliação desmesurada do Conselho de Segurança, e que havia algumas questões sensíveis a serem tratadas, as quais requeriam minúcia diplomática, a exemplo da iminente fragmentação dos impérios britânicos e franceses, associados ao processo de descolonização. Eugênio Vargas expõe que a simpatia pelo Brasil, granjeada pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, seria um trunfo não muito consistente que a diplomacia brasileira poderia se respaldar, visto que o próprio Departamento de Estado norte-americano não endossava a candidatura brasileira como membro permanente. O relacionamento pessoal entre Vargas e Roosevelt, além do prestígio do chanceler Oswaldo Aranha, contribuíram para alimentar as esperanças brasileiras ao pleito, o que não se concretizou. Pela análise da correspondência do embaixador Leão Veloso, responsável pela delegação brasileira na Conferência de São Francisco, haveria uma dificuldade política e estrutural em ampliar o Conselho de Segurança do organismo,

e que as conversas com os interlocutores das grandes potências apontavam que o Brasil seria escolhido para ser membro não-permanente.

Por fim, o argumento dos atributos domésticos do Brasil (democracia, tolerância étnica, cultural e outros) somados aos princípios da política externa carregados pelo país, os quais qualificavam para um assento permanente, não prevaleceram sobre a política das grandes potências, que institucionalizaram um condomínio de poder, representado pelo Conselho de Segurança. O desejo da diplomacia brasileira de colocar o país no escalão superior da política internacional seria novamente sepultado, o que não esmoreceu os esforços de uma parcela do corpo diplomático brasileiro em dar nova orientação à política externa brasileira. A partir da década de 1950, as linhas gerais da política externa foram repensadas, as quais procuravam dar um sentido de autonomia e autodeterminação ao Brasil no sistema internacional, e tem seu ponto de inflexão na PEI, que retoma os postulados de vocação de potência do país, os quais certamente perpassam por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

